

PORTUGUÊS

1 - Assinale a alternativa que apresenta uma sentença gramaticalmente correta, no que diz respeito à ortografia.

- A) Ele mau havia chegado e já saiu logo em seguida.
- B) Novas regras serão adotadas apartir de fevereiro deste ano.
- C) Finalmente ele admitiu que houve fraude no processo.
- D) Ele é bastante decidido e não costuma olhar para traz.
- E) É importante que você utilize o sinto.

2 – Assinale a alternativa que contem todas as palavras escritas com “ch” corretamente.

- A) chadrez, chale, champu.
- B) charope, chamar, chenofobia.
- C) chacina, chateado, cheio.
- D) cheio, charope, chateado.
- E) chateado, chadrez, chará.

3 – Assinale a frase que contém uma oração com predicado verbo-nominal.

- A) A emissora apresenta programas com características médico-religiosas.
- B) Exaustas, mas felizes, terminaram a prova em quatro horas.
- C) Encaminho-lhes a cópia do relatório da auditoria prévia sobre as contas do primeiro semestre.
- D) Na carreira de empresários da construção civil, é necessário perseverança.
- E) Ficou muito doente após as buscas por vítimas no meio da mata.

4 - No período “Criança pequena adora ter amigo imaginário, mas essa maravilhosa possibilidade tem sido destruída” (4º §), a segunda oração exprime, em relação à primeira, o sentido de:

- A) concessão.
- B) causalidade.
- C) proporcionalidade.
- D) consequência.

E) oposição.

5 – Assinale a alternativa que preencha correta e respectivamente as lacunas.

O livro agradou _____ críticos. Nós estamos aptos _____ qualquer trabalho. Eles são favoráveis _____ que você trabalhe conosco. O médico assistiu _____ doente.

- A) aos / a / a / o
- B) aos / de / com / ao
- C) os / por / ao / ao
- D) os / com / por / o
- E) aos / de / com / o

6 – Assinale a alternativa em que o adjetivo é uniforme (mesma forma para masculino e feminino).

- A) professor jovem
- B) menina carinhosa
- C) homem perverso
- D) garota esperta
- E) rapaz ateu

7 –

1 A despeito de ter considerado necessário o
aprimoramento do sistema energético do país, o que a
presidenta enfatizou em seu discurso foi o *Leitmotiv* do
4 governo: não se pode falar em crescimento com
distribuição de renda (e a marca ansiada por ela é a
erradicação da miséria) sem reduzir custos do setor
7 produtivo — e não é possível fazê-lo sem cortar tarifas e
juros, o que atinge diretamente setores acostumados com
altos lucros, como bancos e concessionárias.

William Vieira. *Dilma no ataque. In: Carta Capital*, ano XVIII, n.º 733, 30/1/2013, p. 25 (com adaptações)

Em relação aos aspectos sintático-semânticos do texto, assinale a opção correta.

- A) O termo “o Leitmotiv” (l.3) poderia ser substituído por motivo recorrente ou por preocupação constante, mantendo-se a coerência e a correção gramatical do texto.

- B) A conjunção “e” em “(e a marca ansiada por ela é a erradicação da miséria)” (l.5-6) tem valor adversativo, equivalente a mas.
- C) Na linha 7, a partícula “lo” em “fazê-lo” tem como referente a expressão “setor produtivo” (l.6-7).
- D) No texto, a expressão “A despeito de” (l.1) poderia ser substituída por No entanto, visto que são expressões sintaticamente equivalentes.
- E) Em “o que a presidenta enfatizou” (l.2-3), a substituição de “o” por aquilo introduziria incorreção gramatical no período.

DIREITO CONSTITUCIONAL

8 - Relativamente ao funcionamento e composição dos órgãos do Poder Judiciário, a Constituição Federal estabelece que

- A) o Supremo Tribunal Federal compõe-se de onze Ministros, escolhidos dentre cidadãos com mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos de idade, de notável saber jurídico e reputação ilibada.
- B) a atividade jurisdicional será ininterrupta, sendo vedadas férias coletivas em todos os juízos e tribunais, funcionando, nos dias em que não houver expediente forense normal, juízes em plantão permanente.
- C) os Tribunais Regionais Federais compõem-se de, no mínimo, cinco juízes, recrutados, quando possível, na respectiva região e nomeados pelo Presidente da República dentre brasileiros com mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos.
- D) o Superior Tribunal de Justiça compõe-se de, no mínimo, vinte e dois Ministros, nomeados pelo Presidente da República, dentre brasileiros com mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos, de notável saber jurídico e reputação ilibada, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta do Senado Federal.
- E) o Supremo Tribunal Federal, o Conselho Nacional de Justiça e os Tribunais Superiores têm sede na Capital Federal e exercem função jurisdicional em todo o território nacional.

9 - A ação direta de inconstitucionalidade poderá ser proposta

- A) pelo presidente da República, que poderá desistir da sua propositura até o despacho que a receber.
- B) pelos governadores dos estados e do Distrito Federal, sendo vedada, por lei, a desistência após a sua propositura.
- C) pelo procurador-geral da República, que poderá desistir da sua propositura até o despacho que a receber.
- D) pelos conselhos seccionais da Ordem dos Advogados do Brasil, sendo vedada, por lei, a desistência após a sua propositura.
- E) por qualquer partido político constituído há pelo menos três anos, sendo vedada, por lei, a desistência após a sua propositura.

10- Acerca do Poder Judiciário e das funções essenciais à justiça, julgue os itens a seguir.

I Aos juízes federais compete processar e julgar os crimes contra a organização do trabalho.

II São funções institucionais da Defensoria Pública da União defender judicialmente os direitos e interesses das populações indígenas.

III A Advocacia-Geral da União representa a União, judicial e extrajudicialmente, cabendo-lhe as atividades de consultoria e assessoramento jurídico do Poder Executivo, do Poder Legislativo e do Poder Judiciário.

Assinale a opção CORRETA.

- F) Nenhum item está certo.
- G) Apenas o item I está certo.
- H) Apenas o item II está certo.
- I) Apenas o item III está certo.
- J) Todos os itens estão certos.

11 - Caso tribunal de justiça estadual profira decisão em última instância denegando habeas corpus, caberá ao interessado interpor recurso

- A) especial, a ser julgado pelo STJ.
- B) ordinário, a ser julgado pelo STF.
- C) ordinário, a ser julgado pelo STJ.
- D) extraordinário, a ser julgado pelo STJ.
- E) extraordinário, a ser julgado pelo STF.

12- À luz do disposto na Constituição Federal a respeito de administração pública e direito administrativo, assinale a opção correta.

- A) O direito constitucional de greve dos servidores públicos é norma de eficácia imediata.
- B) Os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo e do Poder Judiciário não poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Executivo.
- C) A proibição de cumulação de cargos não se aplica à administração indireta regida pelo direito privado.
- D) Embora se exija lei específica para autorizar a instituição de empresa pública, não é necessária tal autorização legal para criação de empresas subsidiárias.
- E) Considera-se como limite máximo de remuneração e subsídios para servidores estaduais o salário dos ministros do Supremo Tribunal Federal.

DIREITO ADMINISTRATIVO

13- Assinale a alternativa incorreta, nos termos da Lei nº 8.429/1992 (Improbidade Administrativa).

- A) As disposições da Lei não são aplicáveis àquele que, mesmo não sendo agente público, induza ou concorra dolosamente para a prática do ato de improbidade.
- B) Os atos de improbidade violam a probidade na organização do Estado e no exercício de suas funções e a integridade do patrimônio público e social dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, bem como da administração direta e indireta, no âmbito da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.
- C) Se houver indícios de ato de improbidade, a autoridade que conhecer dos fatos representará ao Ministério Público competente, para as providências necessárias
- D) A posse e o exercício de agente público ficam condicionados à apresentação de declaração de imposto de renda e proventos de qualquer natureza, que tenha sido apresentada à Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, a fim de ser arquivada no serviço de pessoal competente.
- E) Constitui crime a representação por ato de improbidade contra agente público ou terceiro

beneficiário, quando o autor da denúncia o sabe inocente.

14- No Brasil, como regra geral, a responsabilidade civil objetiva do Estado, insculpida no art. 37, §6º da Constituição Federal, adota a teoria

- A) do risco integral.
- B) do risco administrativo.
- C) do risco suscitado.
- D) da responsabilidade subjetiva.
- E) da culpa do serviço.

15 - Conforme a Lei de Licitações (14.133/2021), são modalidades de licitação:

- A) concorrência, tomada de preço, leilão, carta pública e pregão.
- B) concorrência, concurso, leilão, convite, chamamento público.
- C) concorrência, concurso, diálogo competitivo, leilão e pregão.
- D) concorrência, leilão e tomada de preços.
- E) concorrência, dialogo competitivo e chamada pública.

DIREITO PENAL

16 - Paulo, utilizando-se de arma de fogo, disparou um tiro contra Antônio, matando-o, e ferindo gravemente Tadeu, que passava pelo local.

Nesse caso hipotético, diz-se que ocorreu:

- A) concurso material.
- B) concurso formal.
- C) crime continuado.
- D) *aberratio ictus*.
- E) *aberratio criminis*.

17 - Considera-se causa excludente da culpabilidade:

- A) inexigibilidade de conduta diversa.
- B) estado de necessidade.
- C) consentimento do ofendido.
- D) estrito cumprimento do dever legal.

E) exercício regular de direito

18 - Assinale a alternativa correta em relação ao Código Penal:

- A) Considera-se praticado o crime no momento do resultado, ainda que outro seja o momento da ação ou omissão.
- B) Não se computará no prazo o dia do começo, incluindo-se, porém, o do vencimento.
- C) Diz-se o crime tentado, quando, iniciada a execução, o agente, voluntariamente, desiste de prosseguir ou impede que o resultado se produza.
- D) O erro sobre elemento constitutivo do tipo legal de crime exclui o dolo, mas permite a punição por crime culposos, ainda que não previsto em lei.
- E) Não pode alegar estado de necessidade quem tinha o dever legal de enfrentar o perigo.

19 - Em relação à prescrição como causa de extinção da punibilidade, é correto afirmar que:

- A) os prazos prescricionais previstos para as penas privativas de liberdade não se aplicam às penas restritivas de direito;
- B) o prazo prescricional começa a correr, antes de a sentença transitar em julgado, nos crimes permanentes, do dia em que cessou a permanência;
- C) os prazos prescricionais se reduzem de 1/3 se o criminoso era, ao tempo do crime, maior de 70 anos;
- D) o curso do prazo prescricional se interrompe pelo oferecimento da denúncia;
- E) a prescrição da pena de multa ocorrerá em três anos quando a multa for a única pena cominada ou aplicada.

20 - Carlos foi denunciado pelo crime de furto qualificado, praticado em 15/5/2022. Após a tramitação regular do processo, o juiz fixou a pena base no mínimo legal, tendo em seguida agravado em 1/6 a pena em face da reincidência, sob o fundamento de que o réu possuía uma condenação anterior transitada em julgado, e impôs o regime fechado para início de cumprimento de pena. Na condenação anterior, Carlos havia recebido o livramento condicional em 27/4/2015,

cumprindo-o sem revogações até 27/4/2019, e a decisão que declarou extinta a pena foi proferida em 29/6/2020.

Considerando-se a situação hipotética apresentada, bem como a pena e o regime fixados pelo juiz, é correto afirmar que, em relação ao crime de furto qualificado praticado em 15/5/2022, Carlos é:

- A) reincidente, e o regime inicial cabível é o fechado, visto que o período depurador referente à condenação anterior começou a correr em 27/4/2019.
- B) reincidente, e o regime inicial cabível é o fechado, visto que o período depurador referente à condenação anterior começou a correr em 29/6/2020.
- C) primário, e o regime inicial cabível é o semiaberto, visto que o período depurador se iniciou em 27/4/2015 e a pena é superior a quatro anos.
- D) primário, e o regime cabível é o aberto, visto que o período depurador foi cumprido sem revogação e a pena é inferior a quatro anos.
- E) reincidente, e o regime cabível é o semiaberto, visto que, dada a pena aplicada, incide no caso a súmula n.º 269 do STJ.

21 - Assinale a opção que se subsume ao tipo penal da corrupção ativa (Art. 333 do CP).

- A) Instigar funcionário público a apropriar-se de bem cuja posse lhe foi confiada em razão do cargo.
- B) Solicitar a médico de hospital público que ateste uma enfermidade inexistente.
- C) Prometer vantagem indevida a funcionário público para que retarde ato de ofício, ainda que aquele recuse a proposta.
- D) Determinar a funcionário público subordinado que aplique recursos públicos em finalidade diversa da prevista.
- E) Solicitar a funcionário público que revele informação sigilosa da qual tem conhecimento em razão de seu cargo.

22 - O agente que omitir, em documento público, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar

obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante, pratica o crime de:

- A) Falsidade ideológica, previsto no Art. 299 do Código Penal.
- B) Uso de documento falso, previsto no Art. 304 do Código Penal.
- C) Falsificação de documento público, previsto no Art. 297 do Código Penal.
- D) Certidão ou atestado ideologicamente falso, previsto no Art. 301 do Código Penal.
- E) Reprodução ou adulteração de peça filatélica, previsto no Art. 804 do Código Penal.

23 - De acordo com as disposições da Lei Antidrogas (Lei n.º 11.343/2006), o agente que financia e vende drogas ilícitas pratica o tipo penal

- A) tráfico de drogas em concurso material com o tipo penal financiamento do tráfico.
- B) tráfico de drogas majorado.
- C) tráfico de drogas em concurso formal com o tipo penal financiamento do tráfico.
- D) financiamento do tráfico na sua forma qualificada.
- E) tráfico de drogas na sua forma simples.

24 - Tendo em conta os crimes contra o sistema financeiro, previstos em legislação especial (Lei no 7.492/86), assinale a alternativa correta.

- A) Para fins penais, a Lei no 7.492/86, que definiu os crimes contra o sistema financeiro, equiparou à instituição financeira a pessoa jurídica ou natural que capte ou administre seguros e consórcios.
- B) A Lei no 7.492/86, que definiu os crimes contra o sistema financeiro, prevê a modalidade culposa para todos os tipos penais.
- C) O crime de evasão de divisas (art. 22, da Lei no 7.492/86) somente se caracteriza se a saída de moeda ou divisa ao exterior se dá mediante operação de câmbio não autorizada.
- D) A Lei no 7.492/86, que definiu os crimes contra o sistema financeiro, prevê expressamente a possibilidade de isenção total de pena ao coautor ou partícipe que colaborar, espontaneamente, com as autoridades responsáveis pela persecução penal.

- E) A Lei no 7.492/86, que definiu os crimes contra o sistema financeiro, prevê expressamente a possibilidade de multiplicar por 20 (vinte) o limite máximo do dia-multa previsto no Código Penal.

25 - Mário tinha 20 anos de idade quando praticou o crime de roubo (pena de 4 a 10 anos) circunstanciado tentado contra duas vítimas diferentes. Devido a esse crime, ele foi condenado a uma pena de 3 anos e 6 meses pela primeira vítima, pena esta que, em razão do concurso formal, passou a ser de 4 anos e 1 mês.

Nessa situação hipotética, o menor prazo para a ocorrência da prescrição punitiva será o de:

- A) 4 anos.
- B) 6 anos.
- C) 8 anos.
- D) 12 anos.
- E) 16 anos.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

26 - De acordo com o Código de Processo Penal, a lei processual penal:

- A) retroage para invalidar os atos praticados sob a vigência da lei anterior, se mais benéfica.
- B) não admite aplicação analógica.
- C) admite suplemento dos princípios vitais de direito.
- D) admite interpretação extensiva, mas não suplemento dos princípios gerais de direito.
- E) admite aplicação analógica, mas não interpretação extensiva.

27- Ação penal pública incondicionada é promovida mediante:

- A) queixa pela vítima.
- B) queixa pelo Ministério Público.
- C) denúncia pela vítima.
- D) denúncia pelo Ministério Público.
- E) queixa pelo Ministério Público após representação da vítima.

28 - No que se refere ao inquérito policial, assinale a opção correta.

- A) O inquérito policial é nulo se não observar os princípios do contraditório e da ampla defesa.
- B) A característica pública das investigações auxilia na apuração dos fatos e na identificação dos culpados.
- C) O delegado pode arquivar o inquérito quando verificar que o fato criminoso não ocorreu.
- D) O inquérito policial é um processo administrativo com valor probatório pleno.
- E) O inquérito é procedimento dispensável quando o titular da ação penal tiver informações suficientes para propor a ação.

29 - Ainda no que diz respeito ao inquérito policial, assinale a alternativa incorreta.

- A) Os instrumentos do crime, bem como os objetos que interessarem à prova, devem acompanhar os autos do inquérito.
- B) A polícia judiciária será exercida pelas autoridades policiais no território de suas respectivas circunscrições e terá por fim a apuração das infrações penais e da sua autoria.
- C) Quando o fato for de difícil elucidação, e o indiciado estiver solto, a autoridade poderá requerer ao juiz a devolução dos autos, para ulteriores diligências, que serão realizadas no prazo marcado pelo juiz.
- D) Todas as peças do inquérito policial serão, num só processado, reduzidas a escrito ou datilografadas e, neste caso, rubricadas pela autoridade.
- E) O inquérito deverá terminar no prazo de 20 dias, se o indiciado tiver sido preso em flagrante, ou estiver preso preventivamente, contado o prazo, nesta hipótese, a partir do dia em que se executar a ordem de prisão, ou no prazo de 60 dias, quando estiver solto, mediante fiança ou sem ela.

30 - A respeito do acordo de não persecução penal, previsto no art. 28-A, do Código de Processo Penal, é correto afirmar que:

- A) O instituto é aplicável aos crimes praticados sem violência e grave ameaça, cominados com pena máxima inferior a 04 (quatro) anos, incluindo os crimes de menor potencial ofensivo.

- B) Eventual descumprimento do acordo de não persecução penal pelo investigado não poderá ser utilizado pelo Ministério Público para o não oferecimento de suspensão condicional do processo.
- C) O Juiz não participa da celebração dos termos do acordo de não persecução penal, mas, por ocasião da homologação, poderá considerar inadequadas, insuficientes ou abusivas as condições e devolver os autos ao Ministério Público para reformulação.
- D) A execução do acordo de não persecução penal dar-se-á perante o próprio Juízo que o homologou.
- E) Da recusa do Ministério Público à proposta de acordo de não persecução penal caberá recurso em sentido estrito.

31 - O julgamento de crime de roubo seguido de morte praticado por pessoa sem foro privilegiado contra órgão público federal é da competência do

- A) Supremo Tribunal Federal.
- B) tribunal do júri da justiça estadual.
- C) tribunal do júri da justiça federal.
- D) juiz singular da justiça federal.
- E) Superior Tribunal de Justiça.

32 - A respeito da audiência de custódia, prevista na Resolução no 213/2015, do Conselho Nacional de Justiça, é INCORRETO afirmar:

- A) É permitida, excepcionalmente, a presença dos agentes policiais responsáveis pela prisão ou pela investigação durante a audiência de custódia.
- B) A audiência de custódia será realizada até 24 horas da comunicação em flagrante. Porém, quando a pessoa presa estiver acometida de grave enfermidade, ou havendo circunstância comprovadamente excepcional que a impossibilite de ser apresentada ao juiz no prazo legal, deverá ser assegurada a realização da audiência no local em que ela se encontre e, nos casos em que o deslocamento se mostre inviável, deverá ser providenciada a condução para a audiência de custódia imediatamente após restabelecida sua condição de saúde ou de apresentação.
- C) Além dos presos em flagrante, têm direito à audiência de custódia pessoas presas em decorrência de cumprimento de mandados de prisão cautelar ou definitiva.

- D) A ata da audiência conterà, apenas e resumidamente, a deliberação fundamentada do magistrado quanto à legalidade e manutenção da prisão, cabimento de liberdade provisória sem ou com a imposição de medidas cautelares diversas da prisão, considerando-se o pedido de cada parte, como também as providências tomadas, em caso da constatação de indícios de tortura e maus tratos.
- E) O Defensor Público poderá conversar com o custodiado antes da apresentação da pessoa presa ao juiz, sendo assegurado seu atendimento prévio e reservado sem a presença de agentes policiais.

33 - De acordo com o que dispõe a Lei nº 9.099/1995,

- A) o Juiz arquivará de plano e definitivamente a ação, caso o acusado não seja encontrado para ser citado.
- B) a prática de atos processuais em outras comarcas deverá ser solicitada exclusivamente por documento oficial escrito.
- C) consideram-se infrações penais de menor potencial ofensivo, para os efeitos desta Lei, as contravenções penais e os crimes a que a lei comine pena máxima não superior a 4 anos.
- D) a competência do Juizado será determinada pelo domicílio do autor da infração penal.
- E) os atos processuais serão públicos e poderão realizar-se em horário noturno e em qualquer dia da semana, conforme dispuserem as normas de organização judiciária.

34 - Na hipótese de o juiz recusar homologação à proposta de acordo de não persecução penal (ANPP), cabe interposição de:

- A) apelação.
- B) agravo.
- C) recurso inominado dirigido ao órgão superior do Ministério Público.
- D) recurso em sentido estrito.
- E) carta testemunhável.

35- Lucas está sendo processado por crime de peculato (artigo 312, do Código Penal) em uma das

varas da Justiça Federal de Campo Grande, com competência criminal. Ao término da regular instrução do feito, o Magistrado competente proferiu sentença, que condenou Lucas a cumprir pena de 04 anos de reclusão, em regime inicial semiaberto, e ao pagamento de 10 dias-multa. Uma das teses veiculadas pelos advogados do réu, Lucas, não foi analisada na sentença proferida pelo Magistrado. Nesse caso, Lucas, por meio de seus advogados, poderá interpor embargos de declaração a partir da publicação da sentença condenatória, no prazo de:

- A) 02 dias.
- B) 05 dias.
- C) 10 dias.
- D) 15 dias.
- E) 03 dias.

DIREITO CIVIL

36 - Considere que determinado negócio jurídico foi realizado em condições de estado de perigo. Por consequência, é possível afirmar que esse negócio jurídico

- A) é totalmente válido.
- B) é nulo de pleno de direito.
- C) é anulável.
- D) não admite prova em contrário.
- E) é lícito e nulo.

37 - e acordo com o Código Civil, consideram-se bens móveis:

- A) os direitos reais sobre imóveis e as ações que os asseguram.
- B) o direito à sucessão aberta.
- C) os materiais provisoriamente separados de um prédio, para nele se reempregarem.
- D) os direitos pessoais de caráter patrimonial e respectivas ações.
- E) as edificações que, separadas do solo, mas conservando a unidade, forem removidas para outro local.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

38 - Sobre a gratuidade da justiça, assinale a alternativa CORRETA:

- A) A concessão de gratuidade afasta a responsabilidade do beneficiário pelas despesas processuais e pelos honorários advocatícios decorrentes de sua sucumbência.
- B) A concessão de gratuidade afasta o dever de o beneficiário pagar, ao final, as multas processuais que lhe sejam impostas.
- C) O juiz poderá conceder direito ao parcelamento de despesas processuais que o beneficiário tiver de adiantar no curso do procedimento.
- D) O pedido de gratuidade da justiça deve, obrigatoriamente, ser formulado na petição inicial.
- E) Contra a decisão que indeferir a gratuidade, não cabe recurso.

39 - Assinale a alternativa correta sobre o tempo dos atos processuais.

- A) Durante as férias forenses e nos feriados é vedada a prática de qualquer ato processual.
- B) A prática eletrônica de ato processual poderá ser realizada em dias úteis, das 6 às 20 horas.
- C) Somente a ação de alimentos e os processos de nomeação ou remoção de tutor e curador poderão se processar durante as férias forenses, onde as houver, e não se suspendem pela superveniência delas.
- D) Mediante autorização judicial, as citações, intimações e penhoras poderão se realizar no período de férias forenses, onde as houver, e nos feriados ou dias úteis fora do horário.
- E) Além dos declarados em lei, são feriados, para efeito forense, os sábados, os domingos e os dias em que não haja expediente forense.

40 - Acerca da teoria geral dos recursos, assinale a opção correta.

- A) Somente a legislação poderá atribuir efeito suspensivo ao recurso cível, sendo vedado ao relator suspender a eficácia da decisão judicial.
- B) É admissível o recurso extraordinário quando a decisão recorrida assenta-se em mais de um

fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles.

- C) Os embargos de declaração, além de interromperem o prazo para a interposição dos demais recursos, possuem efeito suspensivo.
- D) O recurso interposto por um dos litisconsortes a todos aproveita, salvo se distintos ou opostos os seus interesses.
- E) O juízo de retratação é efeito inerente à interposição de qualquer espécie recursal e seu exercício não demanda previsão legal.